

Redução Orçamentária – RFB: Unafisco Nacional inicia medidas para apresentar denúncia à OCDE/GAFI

11 de fevereiro de 2022



A Unafisco Nacional informa aos associados que a entidade está adotando as medidas necessárias para formalizar denúncia para a OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, em razão das graves consequências que o Brasil suportará com a significativa redução do orçamento destinado à Receita Federal do Brasil, conforme aprovado na LOA 2022. Os recursos disponíveis no orçamento para as despesas discricionárias da Receita Federal caíram de R\$ 3,8 bilhões para 2,6 bilhões nos últimos 3 anos, e agora chegou a pífios 1,2 bilhões de reais, para custear toda a estrutura responsável pela fiscalização e arrecadação federal de 1,7 trilhões de reais, o que corresponde a 67% de toda a arrecadação do país, além de todo o controle aduaneiro sobre a entrada e saída de mercadorias e de passageiros do país. Somando-se ao grave encolhimento do corpo funcional, sem concurso desde 2015, fica clarividente o interesse do Governo de desestruturar o órgão

responsável pelo combate à sonegação e à lavagem de dinheiro, impactando negativamente o enfrentamento dos ilícitos financeiros nacionais e transnacionais, dentre outros aspectos. A Receita Federal é o órgão responsável pelo combate ao contrabando e ao descaminho, e é quem mais realiza apreensões de drogas, nos portos, aeroportos e fronteiras país afora. O corte orçamentário impacta a estrutura de atuação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, reduzindo fortemente o custeio e os investimentos em tecnologia da informação (ferramenta imprescindível).

No dia 8/2/2022, representantes da Unafisco Nacional estiveram reunidos com o renomado escritório Molina Reis Advogados para tratar dos detalhes da apresentação da denúncia. Referido escritório tem vasta experiência na atuação perante organismos internacionais.

Cumprir destacar que a OCDE foi criada no ano de 1961 e conta atualmente com 38 países membros. Referido organismo objetiva desenvolver políticas, estabelecer padrões internacionais baseados em evidências e encontrar soluções para uma série de desafios sociais, econômicos e ambientais. Dentre estes, estão o de melhorar o desempenho econômico, criar empregos, promover uma educação sólida e combater a evasão fiscal internacional.

A OCDE recentemente iniciou tratativas com alguns países da Europa e América do Sul que almejam ser aceitos pela organização como países-membros, dentre eles o Brasil, o que torna muito oportuna a iniciativa de levar ao conhecimento daquele organismo internacional as atuais mazelas, porque passa a administração tributária federal brasileira, com o objetivo de que o Governo brasileiro tome de imediato as medidas orçamentárias necessárias e passe a valorizar a Receita Federal como órgão essencial ao funcionamento do Estado, nos exatos termos previstos no inciso XXII do art 37 da CF. Esse esquecido dispositivo constitucional determina que a administração tributária deve ter recursos prioritários para a realização de suas atividades.

Além da questão orçamentária, a Unafisco Nacional estuda inserir na denúncia o fim do voto de qualidade no CARF, tema cujo julgamento será retomado em

23/3/2022 de março pelo STF, e que fragiliza substancialmente a administração tributária em vários aspectos, sobretudo no tocante aos casos de planejamento tributário abusivo, sonegações estruturadas e lavagem de dinheiro envolvendo ilícitos transnacionais, temas que interessam especialmente ao GAFI.

